

Fracassa a negociação entre trabalhadores e empresários

Da Sucursal de Brasília

Fracassou ontem em Brasília a tentativa de acordo entre empresários e trabalhadores em torno dos temas estabilidade no emprego e jornada de trabalho. Depois de duas horas e meia de discussões na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente da entidade, senador Albano Franco (PMDB-SE), e os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade saíram do encontro admitindo o fracasso e a inviabilidade de entendimento.

A reunião foi recomendada pelo PMDB e pelo PFL, numa tentativa de obter uma posição consensual para a votação, ainda esta semana, do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM). O substitutivo propõe veto "às demissões imotivadas" e jornada de 48 horas semanais.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes, José Calixto, disse que chegou a sugerir a possibilidade de uma nova tentativa de acordo, depois de mais uma consulta às respectivas bases e representações no Congresso constituinte. Os outros três negociadores não confirmaram a versão.

"A decisão agora depende do jogo de forças no Congresso", disse Jair Meneguelli no final do encontro. Ele explicou que a proposta dos empresários — 44 horas semanais de trabalho e indenização progressiva em caso de demissão — não poderia ser aceita pois elimina o princípio da garantia de emprego ao estabelecer compensação para as demissões. De acordo com Meneguelli, o princípio da estabilidade não é negociável para a CUT, admitindo-se apenas que ele seja normatizado posteriormente através de legislação ordinária.

Albano destacou como um avanço nas negociações o fato de os empresários aceitarem a redução de 48 para 44 horas a carga semanal de trabalho num prazo de dois anos, de acordo com a proposta do senador Fernando Henrique Cardoso e do deputado Euclides Scalco (PR), ambos do PMDB. Chamou atenção também para a disposição dos empresários de "atenuar a liberdade de empregar e desempregar" ao aceitar o princípio da indenização progressiva, de acordo com o tempo de serviço, nos casos de demissão. Mas voltou a rejeitar o princípio da estabilidade e garantia de emprego, que segundo ele representaria "fechar a porta de saída e, portanto, também a de entrada, com prejuízo para as novas gerações e para os trabalhadores desqualificados".



Joaquim Andrade, Albano Franco e Jair Meneguelli se reúnem no prédio da CNI

Moreira Mariz